

Governo quer que estados paguem

por Rodrigo Mesquita

de Brasília
(Continuação da página A-1)

União está disposto a federalizar a dívida (trocar os títulos estaduais por papéis emitidos pelo Tesouro) mas, em troca, vai querer garantias contra atrasos no pagamento das dívidas.

“Não vamos emitir um título bom para ficar com um crédito que eles não estão acostumados a pagar”, explicou uma qualificada fonte do ministério da Fazenda. Britto confirmou as linhas gerais e disse que os estados estão dispostos a assumir um cronograma de redução da dívida. “Não estamos pensando no interesse imediato, mas no impacto que essa dívida terá no futuro”, disse ele.

No curto prazo, seria mais cômodo para os estados prosseguirem com a rolagem de 100% do principal e dos juros. O governador do Rio Grande do Sul defende uma posição conjunta com seus colegas de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB) e do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB). São Paulo, segundo Britto, tem se mantido à parte das negociações.

Os quatro estados, juntos, concentram a maior parcela da dívida mobiliária estadual. São Paulo é o maior devedor, com R\$ 14,219 bilhões; Minas Gerais, possui R\$ 6,696 bilhões; Rio de Janeiro, R\$ 4,531 bilhões e o Rio Grande do Sul, R\$ 4,985 bilhões. Os demais estados respondem por R\$

2,728 bilhões, na última posição disponível.

O governo federal deverá permitir, também, o endividamento externo dos estados, tanto para a redução do estoque da dívida como para a redução dos encargos que sobre ela incidem. O modelo será único. “Não podemos abrir a possibilidade de que concessões a um estado venham a ser exigidas pelos outros”, disse a mesma fonte da equipe econômica.

Na próxima semana deverá ser assinado o acordo de liberação de recursos para o estado de Goiás dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Goiás está pedindo cerca de R\$ 200 milhões, mas só deverá levar algo em torno de R\$ 120 milhões. São recursos para o pagamento de salários atrasados e pequenas dívidas. O governador Maguito Vilela (PMDB), entretanto, terá de se comprometer com um pesado ajuste em sua folha de pagamentos que, hoje, corresponde a cerca de 80% da arrecadação. Sem isso não terá recursos, sequer, para pagar o que receberá emprestado.

Até agora já foram realizadas liberações num montante total de R\$ 196 milhões para o Mato Grosso, Rondônia, Piauí e Sergipe. Foi autorizada, também, a renegociação de operações de Antecipação de Receitas Orçamentárias (AROs) com a Caixa Econômica Federal (CEF) para mais sete estados.

Governo quer que estados paguem

por Rodrigo Mesquita
de Brasília

O governo federal vai exigir que os estados se comprometam com o pagamento de parte do principal no esquema de refinanciamento das dívidas mobiliárias estaduais. As negociações, que foram interrompidas em novembro do ano passado, serão retomadas nos próximos dias, disse, a este jornal, o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB). O modelo deverá estar definido até o começo de março.

Britto acertou a retomada das conversas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na terça-feira. A dívida mobiliária estadual passou de R\$ 15,288 bilhões em janeiro de 1994 para R\$ 33,159 bilhões em novembro do ano passado. Nesse período os estados rolaram 100% do principal e dos juros. O governo da

(Continua na página A-4)

GAZETA MERCANTIL

05 JAN 1996